
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRINCÍPIOS DE IGUALDADE RECONHECIDOS NAS DIFERENÇAS

Luiz Fernando Alves Lima¹

RESUMO

As principais reflexões apresentadas no artigo dizem respeito às questões das relações sociais de igualdade de gênero na perspectiva da educação escolar. Nesse sentido, o desenvolvimento dos papéis de gênero e a construção da identidade são socialmente elaborados e aprendidos desde o nascimento, com base em relações sociais e culturais que se estabelecem a partir dos primeiros meses de vida, mas é no princípio da educação que a criança começa a perceber a diferença entre o feminino e o masculino. Com efeito, o artigo prioriza diversas questões temáticas, com distintas perspectivas teóricas enfocando metodologias, assumidas por pesquisadoras/es, trabalhadores/as culturais e intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Esses estudiosos, e essas estudiosas estão por sua vez, espalhados em diversos Centros de Pesquisas, Universidades, formando núcleos e grupos de estudos em várias regiões do Brasil. Seria possível reconhecer, ainda, que um processo, portanto, plural, polêmico e complexo, no qual práticas educacionais e pedagógicas cotidianas incitam questões e problemas teóricos, ao mesmo tempo, que novas teorias e movimentos sociais provocam ou transformam essas práticas pedagógicas. O artigo traz um estudo relativamente intensivo desse quadro e, são constituídos a partir de diferentes posições disciplinares e teóricas. Nesse sentido, o artigo aprofunda os conceitos na questão de gênero e identidade. É importante enfatizar que a compreensão desses conceitos possibilita identificar os valores atribuídos a homens e mulheres bem como as regras de comportamentos decorrentes desses valores. Com isso, fica evidente: a influência desse valores e regras no funcionamento das instituições sociais, como a escola; a influência de todas essas questões na nossa vida cotidiana; a possibilidade de ser ter maior clareza dos processos a que estão submetidas as relações individuais e coletivas entre homens e mulheres. Sendo assim, é objeto desse artigo, uma possibilidade que permita pensar nas diferenças sem transformá-las em desigualdades, ou seja, sem que as diferenças sejam pontos de partida para discriminação.

Os estudos sobre gênero estão na ordem do dia. A partir dos anos 60 se iniciou, de fato, a concretização do projeto feminista com uma crescente difusão em toda parte do mundo, registrando-se uma presença mais forte nos EUA e em grande parte na Europa. No início desse movimento a pesquisadora Betty Friedan ganhou destaque como uma das primeiras lideranças do movimento feminista defendendo as relações de igualdade de poder

¹ Aluno especial do curso de mestrado em Educação UFS; Especialista em “Teorias do Texto” UFS; Atuação: Orientação sócio-educacional, ensino-aprendizagem.

entre homens e mulheres, respeitando-se as diferenças. Como também, se destacaram as teorias da antropóloga americana Margareth Mead, ao defender o peso da cultura na determinação dos papéis de gênero e das condutas e comportamentos entre homens e mulheres.

Nesse sentido, afirma Scott (1991, p. 4) que “o gênero [...] é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”.

Essas teses remetem então a dinâmica da construção e da transformação social e aos significados que vão além dos corpos e dos sexos e subsidiam noções, ideias e valores nas distintas áreas da organização social: nos símbolos culturalmente disponíveis sobre masculinidade, feminilidade, heterossexualidade e homossexualidade; nos conceitos normativos referentes às regras nos campos científicos, políticos e jurídicos; nas concepções políticas que são implantadas em instituições sociais como escola: nas identidades subjetivas e coletivas que residem à pretensão universal e generalizada dos modelos dominantes do masculino e do feminino.

Nessa perspectiva, houve a necessidade de uma ampliação sobre os conceitos envolvendo as questões de gênero. As pesquisadoras Joana Scott e Gayle Raibin fundaram, então um conceito mais atual para gênero, que posteriormente foi também incorporado pela comunidade acadêmica brasileira. Com a proliferação dos núcleos das mulheres nas Universidade brasileira abriu-se um leque de estudos e pesquisas que avançaram significativamente, tanto no campo da teoria, como no dos movimentos sociais no sentido de consolidar cientificamente o projeto feminista no Brasil. Embora, os estudo de gênero direcionados para a construção da identidade de crianças e adolescentes do ponto de vista político, esteja longe de atingir um patamar satisfatório.

Esse texto objetiva analisar as questões das relações sociais de igualdade de gênero na perspectiva da educação infantil. Razão pela qual, o desenvolvimento dos papéis de gênero e a construção da identidade são socialmente elaboradas e assimiladas desde o nascimento, com base em relações sociais e culturais que se estabelecem a partir dos

primeiros meses de vida. Porém, é no início dos processos educativos que a criança começa a perceber as diferenças entre o feminino e o masculino.

Do ponto de vista mais específico, o texto desvela a linguagem utilizada ao longo de alguns documentos oficiais que tratam sobre a educação brasileira nos processos de nomeação, promoção de indivíduos de sexos diferentes, com ênfase na forma masculina. Essas conclusões só serão percebidas quando são submetidos à métodos específicos que analisam os processos de comunicação levando-se em consideração as condições de formações discursivas e ideológicas em que o indivíduo está inserido historicamente num determinado espaço sociocultural. Sendo assim, o método de investigação científica depende diretamente da intervenção do sujeito na compreensão teórica dos fenômenos sociais e culturais a que estão submetidos.

Nesse sentido, Edgar Morin (2004, p. 24) afirma que, “Uma teoria só cumpre seu papel cognitivo, só adquire vida, com o pleno emprego da atividade mental do sujeito”.

Sendo assim, foi utilizado, no âmbito de uma racionalidade lógica, uma metodologia teórico-bibliográfica e documental para proporcionar maiores informações sobre o assunto analisado, facilitando com isso, a confirmação das suspeitas enfatizadas neste tema, bem como, os questionamentos colocados quando se refere à gênero, conforme as seguintes perguntas: Porque as questões relacionadas aos papéis de gênero ainda são um tabu entre as famílias, os professores e a sociedade? Como as crianças introduzem e reproduzem as relações estabelecidas por homens e mulheres, sendo que algumas são caracterizadas pela reprodução de estereótipos socialmente atribuídos aos gêneros? Porque os estereótipos relacionados aos gêneros são muito discriminatório?

Na perspectiva de responder a essas e outras interrogações pertinentes, foram coletados dados bibliográficos de literaturas especializadas, bem como, de fontes documentais como: A CF de 1988, A LDB de 1996 e PNE de 2001. Com efeito, percebe-se facilmente que as questões de gêneros são tratadas nesses documentos assumindo várias característica distintas. A primeira refere-se a linguagem utilizadas em seus textos; a segunda, refere-se aos direitos, na qual a questão de gênero pode estar subentendida e a

terceira, diz respeito ao gênero sem aparecer totalmente no documento, aparecendo de forma tímida apenas em alguns tópicos.

Através dos instrumentos de pesquisa acima definidos, pode-se efetuar a análise e a interpretação dos dados obtidos que darão subsídios para identificar, em vários aspectos, o quadro em que se encontra a educação e suas práticas em relação aos estudos de gêneros e a construção da identidade na educação infantil.

IDENTIDADE, GÊNERO E LINGUAGEM

Uma concepção metafórica diz que “a língua cria o mundo”, porém essa metáfora será verdadeira quando utilizado o pressuposto de que o pensamento e a linguagem são capacidades indissociáveis, pelos quais os processos mentais e as concepções que se tem do mundo e da vida, surgem com a língua que se fala e com a comunicação. Nesse sentido não dá para imaginar crescer sem o uso da palavra. Nessa perspectiva, pode-se imaginar também, que a capacidade intelectual do indivíduo não se desenvolve sem o domínio da língua, assim como, a cultura não se manifestará na sociedade sem o uso da linguagem.

Assim, defende (SCOT, 1991, p. 10) que “a linguagem é o centro da teoria lacaniana: é a chave de acesso da criança a ordem simbólica. Através da linguagem é construída a identidade de gênero. Segundo Lacan, o falo é o significante central da diferença sexual”. No centro dessa mesma discussão, Jäger comenta dizendo que em:

Toda, via há indícios de que os bebês já conseguem categorizar as coisas antes de começar falar. Isso pode significar que eles dispõem de um vocabulário mental inato. A “língua mental” não dependeria da língua falada, ou seja, de experiências culturais. Segundo a hipótese de alguns linguistas, essa linguagem é composta por características ou componentes elementares de significados com os quais nosso pensamento trabalha, como “masculino” ou “feminino” “vivo” ou não “vivo”. Assim, a aquisição de vocabulário por crianças consistiria simplesmente em encontrar rótulos para as combinações desses sinais. (JÄGER, 2007, p. 74).

Considerando-se a citação Jãgerana, percebe-se que existe uma sintonia de caráter multidisciplinar e interdisciplinar no campo dos estudos sociológicos e da educação para a complexa compreensão da construção da identidade de gênero, que se inicia basicamente com os processos comunicativos na educacionais, ainda na infância.

Todas as palavras têm uma história, são distintos os símbolos, significados e interpretações que se tem a respeito de determinados conceitos e relações. Ignorar este caráter social e historicamente construído pode ser um grande equívoco quando trabalhamos com conceito de gênero, cujo cerne é sair de explicações das desigualdades fundamentadas sobre as físicas e biológicas, afinando seu caráter, social, histórico e político (SCOTT, 1992, p. 44).

Segundo, estudos analíticos feitos pela americana Joan Scott (1992), os conceitos de gênero não pode (nem deve) ser construídos tomando como base as questões fundamentadas no âmbito físico, anatômico e biológico, mas, as de caráter de âmbito mais gerais envolvendo o social, o político, o cultural, o econômico e o jurídico. Portanto, chama atenção aqui a linguagem utilizadas ao longo dos documentos (jurídico) do MEC no trato com o gênero para nomear, promover os indivíduos de sexos diferentes, priorizando a forma masculina, a exemplos do que se segue.

É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (CF / 1988, Art. 207).

Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e professores...(LDB, no. 9.394/1996, Art. 25).

Promover debates com a sociedade civil sobre direito dos trabalhadores à assistência a seus filhos e dependentes com creches e pré-escolas (PNE Educação Infantil, p. 16).

A questão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos proposto neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação (PNE Ensino Fundamental, p. 21).

Conclui-se então, que a palavra escrita ou falada, deve ser, no mínimo, refletida quando se pretende analisar as categorias de classe, de raça e de gênero. E, questionar o gênero no sentido mais literal, como uma forma de referir-se à uma organização social da relação entre os sexos, e não da implicação das regras formais gramaticais.

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinção socialmente acordado mais do que uma descrição objetivas de traços inerentes. Além disso as classificações sugerem uma relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados [...] a reificação sexual é o processo da sujeição das mulheres. Ele alia o ato a palavra, a construção à expressão, a percepção a coerção e o mito à realidade (SCOTT, 1991, p. 6).

Na referida acima, Scott deixa claro que a linguagem na educação escolar pode conduzir o indivíduo, essencialmente a criança, a um absolutismo e a um dogmatismo disfarçado de verdadeiro saber. Nesse sentido, constata-se também que Segundo Vianna (2002, p. 8),

pode-se observar [...] um tipo especial de linguagem, a escrita, que exclui demais formas de comunicação como a linguagem visual, auditiva, tátil ou, ainda outras mais complexas, construídas ao mesmo tempo de elementos diversos” nos textos normatizados pela regras da gramática. Assim como, na sociedade, “o uso da palavra articulada ou escrita como meio de comunicação tem no masculino genérico a forma utilizada para expressar ideias, sentimentos e referencias a outras pessoas. (VIANNA, 2002, p 8).

Contudo, a utilização da palavra enquanto traço de ligação nos processos de comunicação pelos falantes, nunca é neutra, mas intencional.

GÊNERO: UMA REFERÊNCIA AO DIREITO

Os vários enfoques abordados por Fanny Tabak e Florisa Verucci em sua obra intitulada “A difícil igualdade”, sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres, pode ser uma relevante contribuição nas observações deste tema. Isto porque a Constituição Federal de 1988 contempla textualmente os direitos iguais entre homens e mulheres em

direitos e obrigações, os direitos iguais entre os cônjuges, a não discriminação entre os filhos em sua origem, a entidade familiar reconhecida também no concubinato, o direito das pessoas de planejarem suas famílias, a violência doméstica como crime, toda forma de discriminação como crime afiançável. No entanto, de nada servirão essas e outras normas se as leis não transcenderem os costumes, se o poder político continua monopolizado pelos homens, se o androcêntrismo continua como base principal da formação das famílias, se a educação infantil nos lares e nas escolas são conservadoras dos estereótipos sexistas, dentre outras.

De nada adiantará nossa Carta Magna moderna e avançada, se o passado de subordinação e obscurantismo prevalecer sobre a pulsão de evolução e de progresso. Essa observação vale para toda a sociedade no que diz respeito aos valores da democracia [...]. O processo democrático passa primordialmente pelas relações de gênero (TABAK, 1994, p. 26).

É clarividente que Tabak mostra uma preocupação, neste primeiro momento, com os direitos dos gêneros na diversidade da Constituição Federal, porém, essas evidências contribuem para o entendimento de que o endrocêntrismo característico da forma como se refere, textualmente, a alunos e professores, mantendo o genérico masculino indiscriminadamente, soma-se à ausência de gênero nas premissas que discutem os direitos e a organização do sistema educacional brasileiro. Evidentemente que em função do contexto da época, nenhuma referência a palavra gênero aparece no texto constitucional de 1988. No entanto, pode-se perceber, com uma minuciosa leitura, a presença de alguns avanços da Constituição em defesa da questão gênero, a exemplo do direito a educação das crianças do ensino fundamental, para além dos meros cuidados e das assistências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade e de gênero é vivida pelas crianças da educação infantil através das brincadeiras, das palavras, dos gestos, das atividades reconhecidas como masculina e feminina. Nesse sentido, as crianças internalizam e reproduzem as relações

estabelecidas por homens e mulheres, sendo que algumas, são caracterizadas pela reprodução de estereótipos socialmente atribuídos aos gêneros. Mesmo que a criança já tenha construído o núcleo de sua identidade de gênero até os três anos de idade, a construção da identidade de gênero é um processo que se desenvolve por toda vida.

Portanto, é necessário o empenho do professor e da professora na educação infantil para a desconstrução da lógica desses limites de tratamento dado pela legislação, planos e programas nos âmbitos federal, estadual e municipal ao se tratar das relações de gênero no sentido contemplativo das políticas públicas de educação. Questionar a presença de estereótipos de gênero e refletir sobre o modo velado, ambíguo e, às vezes reducionista que os significados de gênero vem assumindo nos textos dos documentos oficiais observados.

NOTAS

1 - Não podemos deixar de salientar que a nossa meta aqui, não foi e não poderia ser, em virtude do reduzido espaço, o de abordar uma análise mais aprofundada e detalhada, nem tão pouco, uma análise crítica do trato com a construção da identidade de gênero de crianças e adolescentes nos documentos oficiais tanto do ponto de vista da promoção, nomeação quanto da normatização linguística direcionada para o âmbito da educação escolar no nível fundamental.

2 – Aqui, não nos referimos aos PCN, mas evidenciamos um avanço significativo em relação a questão de gênero nas relações envolvendo a construção da identidade, bem como as implicações nas relações e nos conteúdos escolares. No entanto esses documentos trazem uma inovação ao incluírem temas como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, sexualidade e saúde.

3 – Dispensamos, também, uma análise sistemática das diferentes perspectivas teóricas que se perfilam até agora. Embora reconhecemos ser uma tarefa que precisa ser encarada e providenciada o mais breve possível.

REFERÊNCIAS

Constituição Federativa da República do Brasil, 5 de outubro de 1988 (org.) ALEXANDRE, M. de. São Paulo: Atlas, 2006.

FANNY, T.; VERUCCI, F. **A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos**. Rio de Janeiro: Relume, 1994.

JÂGER, L. A língua cria o mundo. **Revista Scientific American**, no. 8, ed. especial como o cérebro funciona. 2007, p. 74-79.

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9.394 de 1996. 2ª ed. Brasília: Câmara do Deputados, 2001.

MORIN, E. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelos erros e incertezas humanas**. São Paulo: Cortez, 2003.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução Cristiane Bubine Debot; Maria, Betânea Ávida. Recife: Digitação Angela Araújo, 1991.

VIANNA, C. P. ; UNBECHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.



ISSN: 1982-3916
ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 1, Volume 02 | 2007.